LEI Nº 1.491/2006



LEI MUNICIPAL N.º 1.491/06 DE 13 DE JULHO DE 2.006.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "SAÚDE NA ESCOLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. LUIZ CARLOS NARDI, VICE-PREFEITO NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:

Art. 1º - Fica criado o "Programa Saúde na Escola", a ser desenvolvido nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Creches Municipais.

Parágrafo Único - O programa de que trata o caput deste artigo, tem as seguintes finalidades:

 I – Avaliar e encaminhar para tratamento, os alunos com dificuldades fonoauditivas e/ou visuais:

 II – Promover palestras e atividades sobre higiene e prevenção de doenças.

- Art. 2º O "Programa Saúde na Escola" será realizado semestralmente, durante o período de uma semana.
- Art. 3º Para a eficácia da presente Lei, fica autorizada a celebração de acordos ou convênios com entidades e profissionais da área.
- Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (Sessenta) dias.
 - Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE JULHO DE 2.006.

LUIZ CARLOS NARDI Vice-Prefeito no Exercício Do Carao de Prefeito Municipa



DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal Licenciado
ALCI LUIZ ROMANINI
MARCOS FOLADOR
ALEI FERNANDES
NERY DEMAR CERUTTI
ROMÉLIO JOSÉ GARDIN
MARISA DE FÁTIMA SANTOS NETTO
CÁTIA REGINA RANDON ROSSATO
SARDI ANTONIO TREVISOL
ELSO RODRIGUES

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ALCI LUIZ ROMANINI Secretário de Administração



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 057/2006

DATA: 04 DE JULHO DE 2006.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERSON LUIZ FRANCIO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1°. Fica criado o "Programa Saúde na Escola", a ser desenvolvido nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Creches Municipais.

Parágrafo Único: O programa de que trata o *caput* deste artigo, tem as seguintes finalidades:

- I Avaliar e encaminhar para tratamento, os alunos com dificuldades fonoauditivas e/ou visuais;
- II Promover palestras e atividades sobre higiene e prevenção de doenças.
- Art. 2°. O "Programa Saúde na Escola" será realizado semestralmente, durante o período de uma semana.
- Art. 3°. Para a eficácia da presente Lei, fica autorizada a celebração de acordos ou convênios com entidades e profissionais da área.
- Art. 4°. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (Sessenta) dias.
 - Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 04 de Julho de 2006.

Gerson Luiz Francio Presidente

Câmara Municipal de Sorriso ESTADO DE MATO GROSSO AS COMISSÕES: PROJETO DE LEI Nº 066/2006 7 6 JUN. 2006

Lido na Sessão Gilberto E. Possamai 1º Secretario

Votos Aprovado (a) () Fav. () Contra () abst Votação () Fav. () Contra () abst Votação_ () Fav. () Contra () abs 24 Votação_ (8) Fav. (-) Contra (Tabs: Votação única 09/07/2n/a Gilberto E. Possamai

DATA: 20 DE JUNHO DE 2006.

CRIAÇÃO SÚMULA: DISPÕE SOBRE A "PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO POSSAMAI – PSDB e MARILDA SAVI – PSB, com assento nesta Casa, com fulcro no Artigo 108 do Regimento Interno, encaminham para deliberação do Soberano Plenário o Seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica criado o "Programa Saúde na Escola", a ser desenvolvido nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Creches Municipais.

Parágrafo Único: O programa de que trata o caput deste artigo, tem as seguintes finalidades:

I – Avaliar e encaminhar para tratamento, os alunos com dificuldades fonoauditivas e/ou visuais;

II – Promover palestras e atividades sobre higiene e prevenção de doenças.

Art. 2°. O "Programa Saúde na Escola" será realizado semestralmente, durante o período de uma semana.

Art. 3º. Para a eficácia da presente Lei, fica autorizada a celebração de acordos ou convênios com entidades e profissionais da área.

Art. 4°. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (Sessenta) dias.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 20 de Junho de

2006.

Gilberto Possamai Vereador - PSDB

Marilda Savi Vereadora - PSB



JUSTIFICATIVAS

A presente propositura é de caráter preventivo, visto que muitos alunos têm dificuldades no aprendizado por problemas fonoauditivos e/ou visuais. Ademais é comum que esses problemas passem despercebidos dos pais e dos educadores, só vindo a ser descoberto num estágio já avançado.

Vale registrar que é dever do município o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim por tratar-se de um Projeto de Lei totalmente moral, e de relevante significado para a população, conto com os nobres Pares para a aprovação do presente projeto de Lei.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 20 de Junho de

2006.

Gilberto Possamai

Vereador – PSDB

Marilda Savi Vereadora - PSB



Encaminhado a essa assessoria para exarar parecer o Projeto de Lei 066/06, de iniciativa do Poder Legislativo, tendo como SUMULA DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, e dá outras providências.

É o relatório.

Passo ao parecer.

Com todo respeito aos autores, mas o presente projeto se assemelha a uma indicação, haja vista, sugere uma medida de interesse público ao Poder Executivo.

No entanto, denota-se que o presente projeto de Lei tem a preocupação em CRIAR programa de governo, com objetivo de prevenção a doenças.

Neste particular, devemos ater para a relação de aspecto formal, salientando a competência para apresentação de projetos de lei, a qual é genérica, ou seja, tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo podem fazer proposições desde que estejam dentro da repartição material de competência estabelecida pela Constituição Federal.





Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

Legislativo e Executivo para deflagrar o processo legislativo é guiada pelos princípios informadores delineados nos artigos 60 e 69 da Carta da República, dentre os quais se inclui o da iniciativa reservada, de acordo com o disposto no artigo 61, § 1°, II, "a", que estabelece caber ao chefe do Executivo a propositura de leis que versem, entre outros temas, sobre criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração.

Ainda, cabe ao Poder Executivo, observando o princípio da legalidade, nos limites de sua função típica, gerenciar a máquina estatal e desenvolver programas de governo, cabendo-lhe a direção superior da Administração, à vista do que dispõe o inciso II do mesmo art. 84 da Carta Magna, também incidental em virtude do principio hermenêutico da simetria de formas. A Câmara, portanto, não está autorizada a ter iniciativa de lei sobre a criação de programas de governo, por mais louvável que seja sua intenção, sob pena de invadir a seara de atuação típica do Prefeito, maculando assim o princípio da separação de funções do Poder (art. 2º da CF).

Diante disso, salvo melhor juízo, essa assessoria alerta para o fato de que o projeto gera atribuições a Secretaria municipal de Saúde.

Desta forma, o parecer é contrario a tramitação.

Sorriso – MT, 30 de junho de 2006.

ALEX SANDRO MONARIN ADV. OAB/MT N 7.874-B



PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N.º 0125/2006

DATA:

04/07/2006

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº. 066/2006 LEGISLATIVO.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA

SAÚDE NA ESCOLA" E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: José Marcos Pereira

RELATÓRIO: Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e seis, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça e Redação para exarar parecer sobre o *Projeto de Lei n.º066/2006*, que tem como súmula, Dispõe sobre a criação do "Programa Saúde na Escola" e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão esse relator é favorável a sua tramitação em Plenário, por entender que o mesmo atende os requisitos constitucionais legais e regimentais. Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão.

Jose Marcos Pereira Membro nomeado ad hoc Marilda Savi Membro

Des.

Basílio da Silva Membro



PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER N.º 029/2006

DATA: 04/07/2006

ASSUNTO: PROJETO DE LEI N.º 066/2006 DO LEGISLATIVO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROGRAMA

SAÚDE NA ESCOLA" E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Basílio da Silva

RELATÓRIO: Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e seis, reuniram-se os membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social para exarar parecer sobre o *Projeto de Lei nº 066/2006*, que tem como súmula: Dispõe sobre a criação do "Programa Saúde na Escola" e dá outras providências. Após análise do Projeto de Lei em questão esse relator é favorável a sua tramitação em Plenário, por entender que o mesmo atende os requisitos constitucionais legais e regimentais. Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão.

Wanderley Paulo da Silva

Presidente

Marilda Savi

Tolle.

Membro

Basílio da Silva Membro